

O MÉTODO COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA¹

João Osvaldo Rodrigues Nunes
Universidade Estadual de São Paulo FCT/UNESP

A dinâmica da natureza e a sua organização sofrem modificações, em um grau e ritmo nunca antes observado, numa sincronia perversa, resultantes do acirramento das relações sociais de produção do modo capitalista.

A compreensão da construção dialética do espaço geográfico e suas diferenciações escalares espaciais e temporais é papel inerente à Geografia, procurando através de uma perspectiva conjuntiva, integrar as dinâmicas da natureza e da sociedade.

Para isto, procurou-se romper a tradicional divisão da Geografia Física (Climatologia, Geomorfologia, Hidrografia, Pedologia e Biogeografia) e Geografia Humana (Agrária, Urbana, Regional, etc), que por muito tempo e ainda em alguns estudos atuais, faziam e fazem descrições explicativas do que é visível na paisagem e propriedades diretamente mensuráveis, sem focar os processos socioeconômicos e políticos responsáveis pela apropriação dos bens da natureza (NUNES e AMORIN, 2007).

Cassetti (1991) aponta algumas concepções deterministas e aspectos dicotômicos que ainda estão presentes na Geografia atual e principalmente na Geografia Física, sendo eles: as ciências naturais estudam a dinâmica da natureza e as ciências sociais estudam a dinâmica da sociedade; as ciências naturais estudam a natureza independente das atividades humanas e as ciências sociais analisam a natureza como uma criação social; o comportamento humano é regido pelas leis que regulam os mais primitivos artrópodes.

Esta negação, seja dos estudiosos das áreas exatas e da natureza e das sociais, deve-se ao fato de que muito cedo vários sociólogos conservadores (darwinistas a maioria):

[...] não quiseram ver ou não se importaram com as ligações existentes entre a sociedade e a natureza, esta última preponderante. Outros, na linha durkheimiana, insistem em considerar que os fatos sociais sempre são explicáveis por outros fatos sociais e nunca por elementos naturais ou ambientais (SILVA e HAINARD, 2005, p.17).

De acordo com Moreira (2006), o nascimento da geografia moderna ocorre na segunda metade do século XVIII, fundamentada pelo Iluminismo e pelo Romantismo Alemão, principalmente

¹ Este texto é um capítulo que será utilizado na tese de Livre Docência que o autor está elaborando.

com Goeth, Fichte, Schelling e Hegel. Neste período são distinguidas três fases paradigmáticas pelas quais passou a Geografia a partir deste período:

[...] o paradigma holista da baixa modernidade, o paradigma fragmentário da modernidade industrial e o paradigma holista da hipermodernidade (ou pós-modernidade), como tendência atual. Há, assim, uma relação entre fundamentos filosóficos e paradigmas, cuja combinação vai dar nessas três fases, nas quais se distinguem os fundamentos (as fontes de referência filosófica) e os formatos (os paradigmas). Se as fontes de referência filosófica são plurais, o formato paradigmático é um em cada fase. (MOREIRA, 2006, p. 13)

Compreende-se este período como predomínio do paradigma holista da baixa modernidade, onde Humboldt e Ritter foram os precursores de uma Geografia científica, e que Forster e Kant tiveram o mérito de lançaram os primeiros alicerces desta Geografia sistematizada.

O ponto seminal da geografia moderna é a obra do geógrafo J. R. Forster e do filósofo Immanuel Kant, pontos de convergência do Iluminismo na geografia, antecidos pelos geógrafos da primeira metade do século XVIII. Forster e Kant são os sistematizadores da geografia moderna, essencialmente iluminista – Forster no plano teórico-metodológico e Kant no plano epistemológico. (MOREIRA, 2006, p. 14)

A partir do predomínio do paradigma fragmentário da modernidade industrial, ou seja, desde a metade do século XIX, a Geografia foi praticamente trabalhada de forma dicotomizada (Geografia Física e Geografia Humana e Geografia Regional), sob forte tradição enciclopédica e imperialista sob a égide da filosofia positivista de August Conte, sendo uma ciência que teorizava e justificava o colonialismo, bem como suas novas conquistas territoriais.

Moreira (2006) destaca que as idéias deste novo paradigma têm como principal propósito o desmonte do holismo de Humboldt, descrevendo como:

Na geografia, assim como no plano geral, a fragmentação do holismo iluminista-romântico não vem de imediato. Começa com uma forte crítica que desmonta o edifício holista antecedente, até que progressivamente o substitui. O ponto do desmonte é o holismo de Humboldt, numa estratégia que dissocia e separa as esferas em mundos paralelos e próprios, isolando-as entre si. Ao mesmo tempo, proclama-se a origem da geografia em Ritter e faz-se um silêncio que leva Humboldt em pouco tempo ao esquecimento. A dissociação que isola as esferas em campos específicos fragmenta cada uma por sua vez em setores dissociados e independentes, consagrando-se como real esse todo fragmentário. (MOREIRA, 2006, p. 24)

Como dito anteriormente é neste período que começa a distinguir dois momentos, o da fragmentação generalizada e o da aglutinação por conteúdos comuns, que culmina no nascimento da Geografia física e humana, e, por extensão, a regional.

Desta forma, a influência do paradigma fragmentário da modernidade industrial durante grande parte do século XX, fez com que as ciências da sociedade e da natureza tomaram caminhos próprios, ignorando-se mutuamente. A Geografia permaneceu numa posição ambígua, uma vez que não se definiu como uma ciência natural e nem como social.

Esta indefinição em muito estava centrada, numa visão de ciência totalizadora da ordem da realidade, baseada na filosofia natural de Descartes e Newton (NUNES e AMORIN, 2007).

Associado a perspectiva do racionalismo Kantiano, surge uma nova divisão do conhecimento: “... de um lado, as ciências formais e dedutivas fundadas na lógica e na matemática; de outro, as ciências empíricas, fundadas na indução de princípios e relações gerais a partir da observação” (LEFF, 2002, p.23).

No caso da Geografia, desde o início de sua sistematização como ciência, sempre esteve vinculada ao grupo das chamadas ciências empíricas, no qual o positivismo era o paradigma dominante.

Com o desenvolvimento e emergência de outros métodos de análise científicos (dialético, fenomenológico, estruturalista, funcionalista, etc.), passa a predominar o paradigma holista da hipermodernidade (ou pós-modernidade), como tendência atual, no qual questionavam os paradigmas vigentes.

Começam a ocorrer rupturas epistemológicas em várias ciências e áreas do saber, bem como também na Geografia, onde o real “... aparece como processos materiais diferenciados e não como coisas; ao mesmo tempo, o sujeito da ciência desaparece como princípio produtor do conhecimento desses processos materiais”. Neste aspecto, o autor caracteriza que o conhecimento científico “... é o processo de produção dos conceitos – da concretude do pensamento – que permite a apreensão cognoscitiva do real” (LEFF, 2002, 24).

É a partir da articulação dos inúmeros conceitos que estruturam as ciências, que ocorrerá a concretude do pensamento e a busca da totalidade unificadora entre as ciências, no qual a Geografia fazia parte deste contexto (NUNES e AMORIN, 2007).

Concorda-se com Leff (2002), quando diz que a busca deve ser procedida primeiramente a partir de uma perspectiva teórica e não técnica, e que esta articulação deve ser pensada “... como uma superdeterminação ou uma indeterminação dos processos materiais dos quais as ciências produzem um efeito de conhecimentos pela articulação de seus conceitos em seus respectivos campos teóricos” (LEFF, 2002, 31-32).

Em relação à Geografia, parte das lacunas teóricas de caráter filosófico e epistemológico foi resultante do alinhamento da ciência geográfica e dos geógrafos à divisão dominante do trabalho científico, pautada no paradigma positivista e neopositivista.

Como dito anteriormente, as rupturas epistemológicas, de concepções de pensar e agir cientificamente e ontologicamente diferenciadas do *status quo* dominante, levaram ao ressurgimento de métodos filosóficos de pensamento na Geografia, no qual aprofundaram a discussão sociedade-natureza a partir das diversas categorias que compõem o pensamento geográfico, tais como: espaço, território, região, paisagem, ambiente e lugar.

Importante destacar, que elegemos o materialismo histórico e dialético como método de pensamento, no qual melhor se adequou a nossa práxis geográfica há aproximadamente 21 anos.

A escolha de um método, que não é metodologias, não se faz por modismo, mas por compreendermos que para entendermos a geograficidade dos fenômenos e processos socioambientais, precisamos de um vetor condutor de ordenamento do pensamento.

O ordenamento não está relacionada a posturas dogmáticas, mas como um vetor de esclarecimento dos caminhos que devemos percorrer ao longo do desvendar das dúvidas e incertezas das nossas trajetórias na Geografia, e na relação com as outras ciências e áreas do conhecimento.

Neste aspecto, quando não se valoriza a necessidade contínua de fazer-se um esforço teórico para entendermos a epistemologia do pensamento geográfico, nega-se também a necessidade de compreensão dos métodos que orientam este pensamento.

Martins (2007, p.38) nos mostra a necessidade que muitos geógrafos têm de obter, uma representação da realidade que nos cerca, criando termos geográficos confusos (fatores geográficos, fatos geográficos, elementos geográficos, aspectos geográficos, causas geográficas, determinação geográfica, etc.) sem fundamentos históricos da realidade, e conseqüentemente também sem fundamento geográfico desta realidade.

Evidentemente, a partir da ciência geográfica obtemos uma determinada representação, em pensamento, da realidade objetiva que nos cerca. Trata-se de um processo de subjetivação que percorre procedimentos metodológicos. Uma representação subjetiva estabelecida mediante uma sistematização lógica, expressa em uma ou mais linguagens. Isso tudo apontando para os aspectos fenomênicos e essenciais da realidade. A ciência, assim, mediante seus procedimentos metodológicos estrutura-se em diferentes teorias interpretativas, construindo um arcabouço conceitual e definindo suas principais categorias. A ciência geográfica, portanto, são atos de teoria na prática, de práticas teóricas e no limite representa até mesmo sua institucionalização. A ciência geográfica, quem a faz e a identifica, em diferentes contextos, são os geógrafos. Mas se o fundamento dessa disciplina não está na prática. A prática pode muitas vezes se distanciar desse fundamento que consagra a

disciplina. E esse fundamento está presente na constituição da realidade, e não necessariamente nas práticas profissionais. É recorrente que no desespero, ou na impotência de identificar o objeto da ciência geográfica, a frase salvadora e revestida de tolerância seja: “a Geografia é o que os geógrafos fazem dela”. Isso abre para o espaço “vale tudo”, e eventualmente se perde com isso o *fundamento geográfico* que é presente na realidade. Perde-se isso, e o que é pior, perde-se também *a importância e o significado* do geográfico na constituição da realidade.

Retornando a escolha do método, no materialismo histórico e dialético, considera-se a história como unidade com a natureza. Assim, a natureza é vista em dois momentos por meio do processo de apropriação e transformação da natureza realizada pelo homem. “A história pode ser considerada de dois lados, dividida em História da Natureza e História dos Homens. No entanto, esses dois aspectos não se podem separar”. (MARX (1970) *apud* CASSETI, 1991, p. 11-12)

Conforme Friedrich Engels (1979) no livro “A dialética da natureza”, a abordagem dialética tem três princípios gerais abstratos:

- 1- A lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa;
- 2- A lei da interpenetração dos contrários;
- 3- A lei da negação da negação.

São estes princípios que regem a concepção materialista histórica, no qual ao ser concebido “como um corpo teórico articulado de regiões com uma autonomia relativa abriu uma possibilidade de pensar o todo concreto de pensamento e a realidade como uma articulação dos processos específicos de cada esfera, ou como a resultante da visão do todo a partir da perspectiva de algumas de suas instâncias ou registros” (LEFF, 2002, p.42-43).

A relação entre sociedade e natureza é mediada pelo trabalho sendo o momento em que a sobrevivência e a existência se fundem numa relação entre subjetividade e objetividade (MARTINS, 2007).

Martins (2007, p. 46), nos mostra que o trabalho não deve ser visto somente pelo prisma das relações econômicas, conforme apontava Pierre George, confundindo existência com sobrevivência...

Devemos ir além, na direção de ver no Trabalho como o ato de autoprodução do homem, ou seja, da definição de sua humanidade, da definição do seu complexo bio-ontológico, passando ser a atividade por meio da qual, e na qual, somente o homem se torna aquilo que ele é como homem, segundo sua essência.

Leff (2002, p.44-45) esclarece que para chegar-se à articulação conceitual entre as ciências da natureza e da sociedade, o objeto principal do materialismo histórico “é a produção conceitual que permite explicar os efeitos do modo de produção capitalista sobre suas formações ideológicas e culturais e sobre suas bases ecológicas de sustentabilidade”.

Concordamos com esta afirmação, em que este deve ser um dos caminhos que a ciência geográfica deve percorrer (NUNES e AMORIN, 2007).

Conforme Leff (2002), importante destacar que natureza e sociedade são duas categorias ontológicas, no qual não são nem conceitos nem objetos de nenhuma ciência fundada.

O autor descreve que, para as ciências que trabalham com a dinâmica da natureza, “... o processo evolutivo se produz pela determinação genética das populações biológicas e de seu processo de seleção-adaptação-transformação em sua interação com o meio ambiente”.

Em relação às ciências que trabalham com a dinâmica histórica, “...a natureza aparece como os objetos de trabalho e os potenciais da natureza que se integram ao processo global de produção capitalista e, em geral, os processos produtivos de toda formação social, como um efeito do processo de reprodução/transformação social” (LEFF, 2002, p.48).

Como dito anteriormente, mesmo que atualmente a tendência é de predomínio de paradigmas ambientais conjuntivos entre as áreas de estudo da natureza e da sociedade, e que cada vez mais profissionais passaram a aceitar a ecologia a partir de uma dimensão antropológica nas realidades ambientais; Silva e Hainard (2005, p.21) nos alertam que os antagonismos entre as ciências permanecem.

Basta considerarmos sua histórias respectivas, seus interesses econômicos e simbólicos ligados à posição que elas ocupam na pesquisa e no ensino e onde encontramos a expressão das relações de força até nos primeiros níveis de ensino escolar.

Pois, muitas vezes conforme as especificidades de cada área, a colaboração e interação entre as ciências tornassem difícil. Neste aspecto Silva e Hainard (2005, p.22) destacam:

Além disto, os métodos de investigação também diferem consideravelmente. A compreensão do sistema terrestre e do clima, a avaliação de recursos naturais disponíveis, a observação e a análise das mudanças que os caracterizam são temáticas que dizem respeito às ciências naturais. A avaliação das transformações do ambiente na sociedade, particularmente em certas populações, a implantação de políticas públicas, a formulação de normas reguladoras, a conciliação e a arbitragem tanto local (por exemplo, no bairro) quanto internacional, a análise das práticas de consumo (se possível com suas legitimações), dos modos e dos estilos de vida concernem às ciências sociais.

Por fim, cabe destacar o exemplo fornecido por Silva e Hainard (2005, p.23), que serve perfeitamente para a Geografia, sendo ele:

As ciências naturais e as sociais têm também um papel ao mesmo tempo denunciador e retificador a desempenhar: apontar e diminuir as carências das teorias econômicas neoclássicas dominantes, as quais não consideram, tanto na formação dos preços quanto na construção de índices (PIB, taxa de crescimento, etc.), os danos ligados à produção de bens e serviços e ao seu consumo (poluição do ar, da água, dos solos), assim como o desaparecimento de matérias-primas não-renováveis. Dada a urgência desses problemas, tais análises simplistas não deveriam mais ter espaço nos dias atuais. Seus modelos já mostraram seus limites!

Com relação ao presente tema desta mesa redonda, no qual trata da epistemologia da Geografia Física, procura-se analisar o espaço geográfico relacionando as dinâmicas da natureza e da sociedade, em que o atual momento de desenvolvimento técnico-científico, tem gerado transformações das paisagens “...a partir da relação histórico - dialética, em que ocorrem à continuidade e as descontinuidades no processo de estruturação do território” (NUNES, 2002, p.36).

Para tanto, a natureza dos ambientes (bióticos e abióticos) e a natureza orgânica dos homens e mulheres, são afetados “...pelas relações sociais de produção, estes processos biológicos são superdeterminados pelos processos históricos em que o homem ou a natureza se inserem” (LEFF, 2002, p.48).

Uma das formas de compreensão destas articulações esta relacionada às diferentes temporalidades entre as dinâmicas da natureza e da sociedade, apresentado por Suertegaray e Nunes (2001), em que a noção de externalidade esta associada ao ritmo das temporalidades da natureza, em muito vinculado ao tempo longo, ao tempo que escoar, e a dinâmica da sociedade aos ritmos dos processos históricos, cujas relações estão vinculadas à noção de tempo histórico.

O tempo do capital é distinto do tempo da natureza, pois o modo de produção capitalista ao necessitar de maior produtividade (nem sempre qualitativa), o gera objetivando maior lucratividade e rentabilidade.

As novas demandas/consumos exigem sempre inovações. Para isto precisa de maior recurso natural que tornam-se bens de capital. Mas os bens (natureza) precisam ser transformados, a fim de agregar valor (de uso e principalmente de troca), atravessado por relações de poder (LEFF, 2002).

No caso dos bens agrícolas, o tempo entre geração, transformação e comercialização, muitas vezes ao não acompanhar o tempo do capital, precisa ser acelerado, modificado, tecnificado geneticamente através das combinações de DNA. Neste aspecto, Moreira (2005, p.101) aborda sobre esta nova natureza da força produtiva que resulta em uma nova financeirização e acumulação de capital:

O ponto dinâmico é a nova natureza das forças produtivas, a tecnologia da engenharia genética, que está vindo por conta da sua concentração na técnica do DNA recombinante, fazendo da engenharia

genética a espinha dorsal da nova era técnica e levando a terceira revolução industrial a entrar em cada vez maior número de novos ramos e revolucionando o papel da natureza e das relações societárias nos processamentos produtivos. Com isso caduca o modelo fabril de produção da primeira e segunda revolução industrial como matrizes da acumulação, introduzindo uma matriz nova que combina indústria e agricultura, e canaliza e aglutina os setores primário, secundário, terciário e quaternário num único complexo (de que os complexos agro-industriais seriam já uma demonstração-efeito) e sob o comando deste último. Muda, assim, o caráter das relações do homem com o meio, confere-se ao trabalho uma nova forma de metabolismo e introduz-se um sentido novo num naipe de temas essenciais do capitalismo que vai do modo de inserção do valor de uso no processo geral do valor até as formas novas de organização do espaço que lhe vêm em correspondência, reinventando-os.

Desta forma, o tempo da natureza pode ser medido por convenção (ritmo circadiano: horas, minutos e segundo). Todavia não pode ser alterado na sua dinâmica *naturata* e *naturans*, ou seja, ecológica.

Neste momento entra a técnica, como intermediadora entre espaço geográfico e natureza. A técnica compreendida como as alterações que a ação humana causou ao longo da história na natureza, incorporando capitais e gerando inovações e conseqüentemente criando o que Santos (1996) denominou de meio técnico, científico e atualmente informacional.

Observa-se que a lógica de produção capitalista é incompatível com a lógica da sustentabilidade dos ambientes, entendendo ambiente como resultado das relações sociais que mantemos com os bens da natureza.

Neste sentido Leff (2002, p.65) ao nos apresentar a diferença entre os custos ambientais e o valor da natureza, descreve:

A valorização dos recursos naturais está sujeita a temporalidades ecológicas de regeneração e produtividade que não correspondem aos ciclos econômicos; da mesma maneira os valores e interesses sociais que definem o significado cultural, as formas de acesso e os ritmos de extração e transformação dos recursos naturais constituem processos simbólicos e sociais, de caráter extraeconômico, que não se traduzem nem se reduzem a valores e preços do mercado.

A lógica da sustentabilidade ambiental, que valoriza o tempo ecológico e não o tempo econômico parte de uma nova visão de reapropriação social da natureza, potencializando para um desenvolvimento alternativo (potencial ecotecnológico), gerando um novo paradigma produtivo integrando de modo sinérgico natureza, cultura e técnica (LEFF, 2002).

Assim, Leff (2002, p. 66-67) descreve sustentabilidade como sendo:

A sustentabilidade, fundada em princípios de equidade, diversidade e democracia, abre perspectivas sociais mais amplas que o simples reverdecimento da economia através do cálculo dos custos da preservação e da restauração ambiental. Desta forma, o ambientalismo gera novas teorias e valores que questionam a racionalidade econômica dominante, orientando a ação social para a construção de *outra* racionalidade produtiva, fundada nos potenciais da natureza e da cultura.

Retornando a Moreira (2005), este ao discutir os conceitos de gênero de vida (Vidal de Lablache), meio técnico (Milton Santos) e de sociabilidade de (Georg Lukács), aponta que ambos aproximam-se particularmente, por intermédio de três componentes essenciais: o meio, a cultura técnica e a regulação institucional.

Todavia, destaca a importância do aprofundamento da obra deixada por Georg Lukács, em que o conceito de sociabilidade observa a sociedade como um contexto relacional global, integrando as esferas inorgânicas, orgânicas e sociais articuladas pelo trabalho.

Para Moreira (2005, p.96), a articulação entre as esferas ocorre através de duas mediações: orgânico-inorgânicos e o social:

Duas formas essenciais de mediação amarram essa integração e o sentido ontológico do seu rumo. A primeira é a que se passa entre as esferas inorgânica e orgânica, conduzida e realizada pela esfera da vida (orgânica), consistente na incorporação do inorgânico pelo orgânico e sob o comando deste. A segunda é a que se passa entre as esferas inorgânica-orgânica, vistas unidas no conceito de natureza-sem-o-homem, e a esfera social, conduzida e realizada pelo processo do trabalho visto como pré-ideação, isto é, um ato consciente do homem no sentido da metáfora da abelha e do arquiteto de Marx, consistente na incorporação agora daquelas esferas pela socialização do homem, e sob o comando deste. A primeira é realizada pelo processo metabólico da fotossíntese, uma espécie de realização não-social do trabalho. A segunda, pelo processo metabólico do trabalho humano. O produto final é o homem genérico, o homem-espécie pleno, auto-realizado no mundo do inorgânico-orgânico-humano integralizado.

Moreira (2005, p.98) destaca que as “duas formas de mediação atuam de forma combinada e repetitiva, fazendo do processo da integração um movimento contínuo de reprodução”. Em que de um lado surge como uma forma geral de mediação como categoria reguladora, e de outro lado como resultado, ou seja, a própria sociedade em seu contínuo estado de permanência.

A partir da compreensão de que, tanto a área das humanidades como a área ambiental da Geografia, trabalha com noções de temporalidades diferenciadas, o conceito de ambiente deve ser entendido como o espaço em que a natureza humana vive e interage em sociedade de modo harmônico

ou conflituoso com a natureza (biótica e abiótica), sendo esta última entendida como tudo “...que observamos pela percepção obtida através dos sentidos”(WHITEHEAD, 1993, p.7).

Neste sentido, para Whitehead (1993, p. 38-39) a natureza apresenta duas bifurcações ou segmentos, ou seja, a natureza apreendida pela percepção e a natureza que é a causa da percepção.

A natureza enquanto fato apreendido pela percepção traz dentro de si o verdor das árvores, o gorjeio dos pássaros, a calidez do sol, rigidez das cadeiras e a sensação do veludo ao tato. A natureza enquanto causa da apreensão é o sistema hipotético de moléculas e elétrons que afeta a mente de modo a produzir a apreensão da natureza aparente. O ponto de convergência dessas duas naturezas é a mente, sendo a natureza causal influente e a natureza aparente, efluente.

A percepção sensível refere-se ao ar que respiramos as diferentes temperaturas que sentimos ao longo do dia, o sabor da água que bebemos o frescor do solo que pisamos e extraímos os alimentos, bem como também as rugosidades têmporo-espaciais (SANTOS, 1996) que a sociedade ocasiona na natureza percebida e apreendida, onde constroem e reconstroem as suas realizações materiais (estradas, edificações, canalizações de córregos, etc).

Significa dizer que a construção de percepções que temos sobre os diferentes aspectos da natureza, seja ela externa a sociedade ou entendida como relacional a sociedade, esta diretamente relacionada ao sistema de informações culturais, religiosas, econômicas e políticas que absorvemos ao longo da nossa trajetória de vida.

Esta soma e troca de informações, auxilia no desenvolvimento de nosso universo cognitivo e sensitivo sobre o que observamos e pensamos, neste caso, em relação à natureza.

Todavia, Whitehead (1993, p.41) esclarece que:

Toda essa noção baseia-se parcialmente na admissão implícita de que a mente só pode conhecer aquilo que ela mesma produziu e de alguma forma conserva dentro de si, embora exija uma razão extrínseca tanto para originar como para determinar o caráter de sua atividade.

Se anteriormente sob o domínio do pensamento positivista e neopositivista, as diversas subáreas da Geografia, o importante nos aspectos do ensino e pesquisa, interessava somente focar a dinâmica dos processos naturais separados dos sociais (ritmo da natureza e sociedade), com o advento da Geografia Crítica, embasada nos postulados teóricos, principalmente do materialismo histórico e dialético, houve a necessidade de se repensar que concepção de natureza a Geografia deve tratar.

Este esforço tem gerado uma maior aproximação entre as áreas ambiental e humanidade na Geografia. Sem dúvida nenhuma, um dos elos tem sido a problemática ambiental, em que a concepção

de estudo da natureza, na inter-relação com a sociedade, cada vez mais tem sido adotado pelos estudiosos da área ambiental. A Geografia Física que abordava a natureza pela natureza, cada vez mais perde espaço nos estudos geográficos. Todavia, isto não significa que a natureza não deve ser estudada na sua dinâmica.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMORIM, M.C.; C.T; NUNES, J.O.R.. **Geografia e ambiente: reflexões sobre o atual momento da geografia física**. Geografia: Rio Claro, v.31, n.2, 435p, 2006.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. de. **Sociedade e natureza**. In: GUERRA, A. José Teixeira, CUNHA, Sandra Baptista da. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

DESCARTES, R. **Discurso sobre o método: para bem dirigir a própria razão e procurar a verdade nas ciências**. São Paulo: Ed. Hemus, 1998.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed., 240 p. 1979.

FOSTER, J.B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2. ed., 2002.

MARTINS, E. R. **Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, pp. 33 – 51, 2007.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, 1991.

MOREIRA, R. **Sociabilidade e espaço (As formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências)**. AGRÁRIA, São Paulo, Nº 2, pp. 93-108, 2005.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

NUNES, J. O. R. 2002. 209p. **Uma contribuição metodológica ao estudo da dinâmica da paisagem aplicada a escolha de áreas para construção de aterro sanitário em Presidente Prudente - SP**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão emoção**. São Paulo: Hucitec. p. 392, 1996.

- SILVA, M. e HAINARD, F. **Uma problemática comum, mas com ciências que a ignoram e que se ignoram.** In: O ambiente: uma urgência interdisciplinar. São Paulo: Editora Papirus, p. 15-26, 2005.
- SUERTEGARAY, D.M.A e NUNES, J.O .R. **A natureza da Geografia Física na Geografia.** Revista Terra Livre, nº 17, 2º semestre. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2001.
- WHITEHEAD, A. N. **O conceito de natureza.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- VITTE, A.C. **Da crise da razão à aventura interdisciplinar.** In: VIII Semana de Geografia e III Encontro de Licenciatura em Geografia, 2007, Presidente Prudente, ISSN 1981-1047.